



SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

31/01/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Cotado ao STF, Ives Filho defende flexibilização de regras trabalhistas

Ives Gandra Martins Filho, presidente do Tribunal Superior do Trabalho, é um magistrado culto, discreto, com sólida formação jurídica e reconhecida dedicação ao trabalho. Esse é o perfil traçado no Judiciário pelos que o veem como candidato de estilo semelhante ao de Teori Zavascki, a quem pretende suceder no Supremo Tribunal Federal. Como membro do TST, era um dos poucos que mantinham o gabinete em dia, apesar do grande volume de processos. Como presidente, resiste a fortes pressões dentro e fora do tribunal. Ives Filho está identificado com as prioridades do governo Michel Temer. Há anos desenvolve atividades acadêmicas com o ministro Gilmar Mendes, um dos defensores de sua nomeação. Sua proposta de enxugar a Justiça do Trabalho e inibir o "paternalismo" da legislação trabalhista tem apoio do empresariado, interessado na redução dos encargos. Mas enfrenta forte oposição da maioria dos ministros do TST, de juízes trabalhistas de primeiro grau e de dirigentes sindicais.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 31/01/2017

Governo tem deficit de R\$ 154,2 bilhões em 2016, pior resultado desde 1997

As contas do governo federal tiveram um deficit primário de R\$ 154,2 bilhões em 2016, o pior resultado desde 1997, quando começa a série histórica, segundo informou nesta segunda-feira (30) o Tesouro Nacional. O resultado foi R\$ 16,3 bilhões menor do que a meta aprovada pelo Congresso para o ano, que era de um rombo de no máximo R\$ 170,5 bilhões, e R\$ 13,5 bilhões menor do que os R\$ 167,7 bilhões que o próprio Tesouro afirmou no mês passado projetar para 2016.

Foi o terceiro ano seguido de resultado negativo nas contas do governo federal. Cerca de 20 minutos após a divulgação dos dados, foi exibido para a imprensa um vídeo do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, comemorando o resultado. O rombo do ano passado foi 26,7% maior do que o de 2015, quando o deficit das contas do governo federal totalizou R\$ 114,7 bilhões. A Previdência Social teve um deficit de R\$ 149,7 bilhões no ano passado, 60,6% maior do que o de 2015, mas bem abaixo da projeção do Tesouro, que esperava um rombo previdenciário de R\$ 152,7 bilhões.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 31/01/2017 – versão online

State Grid fecha contrato de compra da CPFL por R\$ 14,19 bi

A CPFL Energia anunciou no dia 23, o fechamento do contrato para que a State Grid assumira o controle da companhia. A companhia chinesa adquiriu as participações da Camargo Correa, da Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil), da Fundação Cesp, da Fundação Sistel, da Petros, da Petrobras, e da Sabesprev, da Sabesp. Fazem parte do negócio 556.164.817 ações ON da CPFL Energia, que representam aproximadamente 54,64% do capital total da companhia. O preço pago à vista foi de R\$ 25,51 por ação, equivalente a R\$ 14,19 bilhões. Foi também fechada a aquisição da CPFL Renováveis, controlada pela CPFL Energia, pelo valor de R\$ 12,20 por ação, ou R\$ 3,17 bilhões. Hoje, CPFL ON fechou cotada a R\$ 25,39, enquanto CPFL Renováveis ON encerrou com o preço de R\$ 11,98. Por conta da mudança de controle na companhia, a State Grid deverá realizar uma oferta pública para aquisição de ações (OPA, na sigla em inglês), tanto para a CPFL Energia quanto para a CPFL Renováveis.

Leia mais: <http://exame.abril.com.br/negocios/state-grid-fecha-contrato-de-compra-da-cpfl-por-r-1419-bi/>

CPFL Piratininga e RGE aprovam emissão de debêntures no total de R\$ 686 mi

Os conselhos de administração de duas empresas do Grupo CPFL aprovaram, dia 25, emissões de debêntures. A CPFL Piratininga aprovou a captação de R\$ 306 milhões, enquanto a operação da Rio Grande Energia (RGE) soma R\$ 380 milhões. As duas operações contam com garantia fornecida pela CPFL Energia, na forma de fiança. As duas ofertas serão públicas com esforços restritos, e serão divididas em duas séries. No caso da Rio Grande Energia, a primeira série será de R\$ 130 milhões, e a segunda de R\$ 250 milhões. Na operação da Piratininga, a primeira série será de R\$ 60 milhões, e a segunda de R\$ 246 milhões. As duas companhias estabeleceram também prazos iguais, de sete anos para a primeira série, e de cinco anos para a segunda, com vencimentos em 15 de fevereiro de 2024 e 15 de fevereiro de 2022, respectivamente. O valor unitário das debêntures será de R\$ 1.000. A remuneração oferecida aos compradores dos títulos será definida em procedimento de bookbuilding. Nas primeiras séries de cada emissão, a remuneração será limitada à taxa de retorno oferecida pelos títulos públicos referenciados no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) com vencimento em 2024, subtraída de 0,05% ao ano. Já a segunda série de ambas as emissões terá taxa limitada a 111,25% da variação média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI). Os títulos terão seus valores atualizados pelo IPCA. Os pagamentos serão realizados semestralmente no dia 15 de cada mês, com o primeiro pagamento marcado para 15 de agosto deste ano. Já a amortização do valor principal será feita em duas parcelas. Na primeira série de cada operação, a primeira será paga em 15 de fevereiro de 2023, e o restante um ano depois, na data de vencimento. No caso da segunda série, a primeira parcela será paga em 15 de fevereiro de 2021, e a segunda no vencimento, em 15 de fevereiro de 2022. As duas empresas vão destinar recursos para investimentos em subestações e linhas de transmissão, além do pagamento futuro de gastos, despesas e dívidas relacionados a projetos de investimentos. A CPFL Piratininga atua em São Paulo, enquanto a RGE atua no Rio Grande do Sul.

Fonte: Jornal do Comércio (http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/01/economia/543614-cpfl-piratininga-e-rge-aprovam-emissao-de-debentures-no-total-de-r-686-mi.html)

Gestão de resíduos sólidos preocupa na Baixada

Janeiro é o mês onde se completa 10 anos da Lei do Saneamento Básico (nº 11.445/2007). Na época da sanção, a meta do Governo Federal era que, até 2033, todos os brasileiros tivessem acesso à água encanada e coleta de esgoto. Porém, um estudo realizado pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) fez uma projeção que arrasta a meta para 2054. Adalberto Joaquim Mendes é engenheiro civil e trabalhou 40 anos na área de saneamento básico. Ele explica que o setor é composto por quatro itens: acesso à água potável, rede de esgoto, coleta de resíduos e drenagem pluvial urbana. Na Baixada Santista, a cidade que apresenta as melhores condições é Santos. A mais carente ainda não é possível identificar. "Dentro de água e esgoto, mesmo com atraso, a região vem apresentando crescimento", explica o engenheiro.

Leia mais: <http://www.diariodolitoral.com.br/cotidiano/gestao-de-residuos-solidos-preocupa-na-baixada/94975/>

Revisão tarifária da Sabesp é adiada em um ano, mas ganhará ajuste preliminar

O fim do processo de revisão tarifária da Sabesp ocorrerá um ano após o inicialmente previsto, passando de abril de 2017 para abril de 2018, mas será compensado parcialmente por um reajuste preliminar em junho deste ano. O atraso no processo frustrou analistas do setor, mas a notícia sobre o reajuste preliminar amenizou parte dos efeitos negativos. Na manhã do dia 20, as ações da Sabesp eram negociadas a R\$ 32,20, alta de 1,42%. No mesmo horário, o Ibovespa subia 0,40%. A deliberação número 706 publicada hoje Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp) aprova o início da revisão tarifária e o cronograma associado à etapa inicial. Segundo a deliberação, a tarifa média máxima preliminar será autorizada até 10 de junho de 2017, enquanto a tarifa média máxima final será divulgada e autorizada até 10 de abril de 2018.

Fonte: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,revisao-tarifaria-da-sabesp-e-adiada-em-um-ano-mas-ganhara-ajuste-preliminar,70001635695>